

Mais de 25 anos depois de se ter tornado um país independente, Angola dispõe de uma nova janela de oportunidade para tornar efectivo o sonho de todos os seus cidadãos que justamente anseiam por paz, estabilidade e bem-estar.

Não tem sido uma caminhada fácil para Angola. O modo como se chegou ao dia 11 de Novembro de 1975, com um país internamente estilhaçado e politicamente dividido já nada augurava de bom. O envolvimento externo directo, quer das grandes potências do período da Guerra Fria quer de outros países africanos, veio agravar e fazer perdurar ainda mais a guerra civil angolana. Infelizmente, as janelas de oportunidade que surgiram neste longo processo, nomeadamente as derivadas do Acordo de Paz de Bicesse (Portugal), em 1991, e do Acordo de Lusaca (Zâmbia), em 1994, não foram aproveitadas. O resultado é o que se sabe, trágico quanto baste para tornar irracional o prolongamento da guerra e suficientemente cansativo e monótono para despertar interesse na comunidade internacional. Com o tempo foi-se tornando um conflito indiferente. A imagem de Angola no exterior degradou-se. A descrença instalou-se em muitos sectores. A crise humanitária atingiu limites inimagináveis. No entanto, dentro e fora do país não havia quem duvidasse das enormes potencialidades económicas que o país encerra e que, bem utilizadas, rapidamente poderiam inverter a situação de crise. Será este, finalmente, o momento pelo qual todos ansiavam?

O *Memorando de Entendimento* assinado entre o Governo angolano e a UNITA na sequência da morte de Jonas Savimbi tem dado indicações bastante animadoras quanto ao encerramento definitivo da guerra civil. Esta é a terceira janela de oportunidade que se abre a Angola. Desperdiçá-la seria algo de inqualificável. Muito há a fazer em todos os domínios e todos os cidadãos devem estar envolvidos na reconstrução do país. Não é fácil apagar todos os vestígios de uma contenda tão prolongada. As feridas que se abriram levarão certamente o seu tempo a sarar. Mas quando cada um sentir que é livre no seu próprio país, respeitado e reconhecido, independentemente da sua região de nascimento, das suas crenças

religiosas, do seu ideário político ou da sua profissão, poder-se-á então afirmar que existe uma base sólida para enfrentar o desafio que é devolver a cidadania plena a cada Angolano e re-colocar Angola no mapa.

Como fazê-lo é a tarefa ciclópica a que Angola terá de dar resposta. Trata-se de um projecto a que vale a pena dar todo o empenhamento, com futuro porque válido e de cariz temporal claramente de longo-prazo. Ao nível governativo, a transparência e a boa governação exigirão novas medidas; do ponto de vista político, a participação efectiva dos diferentes partidos quer ao nível nacional quer local deverá merecer redobrada atenção; o papel activo e reconhecido da sociedade civil nas suas diferentes matizes deverá ser encarado como um dos mais importantes contributos para o envolvimento construtivo de uma boa parte da sociedade; do ponto de vista económico, é chegada a altura de se delinear uma estratégia de desenvolvimento que garanta o crescimento económico do país, não apenas centrado no sector petrolífero, mas que permita simultaneamente que todos os cidadãos tenham acesso a parte do rendimento gerado; do ponto de vista social, os programas de luta contra a pobreza e a exclusão deverão ocupar lugar de destaque; ao nível educacional, permitir que as crianças e os jovens possam recuperar a geração que se perdeu nos anos de guerra é reconhecer que sem recursos humanos jamais o país será dono de si próprio, por mais petróleo e diamantes que possa ter; finalmente, na vertente externa e diplomática, Angola estará agora em condições de perceber melhor qual a sua real importância e o melhor modo de agir em conformidade, aproveitando activamente a sua inserção no contexto regional, particularmente através da SADC, ou em outro tipo de organizações e instituições, como é o caso da CPLP.

Diante da imensidão de desafios que Angola tem pela frente, uma coisa é definitivamente certa e segura: se não são os Angolanos a construir o seu próprio futuro ninguém o fará por eles. O país necessita com urgência de encontrar o rumo certo e os meios que melhor se adaptem àquela tarefa. *Angola, à procura do seu passo* não poderia, por tudo isto, deixar de ser o título mais apropriado à nova conjuntura. A revista *Política Internacional*

não poderia, igualmente, ficar indiferente à nova situação e aos novos horizontes que se abrem ao país. E se é verdade que Angola far-se-á contando com os Angolanos, não deixa também de ser inquestionável que o apoio dos diversos actores que compõem a comunidade internacional poderá desempenhar aí um papel de relevo. Mas para isso é necessário que se entenda do que Angola necessita. A comunidade internacional decerto apoiará Angola, compreendendo o que os seus cidadãos pretendem para o seu país. É neste contexto que esta revista decidiu organizar um dossier sobre as novas perspectivas que se abrem a Angola. Para o efeito foram convidados a integrar este número um grande número de cidadãos angolanos que se têm destacado em diversas áreas, cobrindo um largo espectro político, profissional e geracional. As suas colaborações são de inquestionável valor e espera-se que possam contribuir para o debate mais alargado que a sociedade angolana aguarda. Uma pequena nota para referir que, para além destes autores, outros foram igualmente convidados. Embora nenhum tenha recusado a importância deste dossier, razões estritamente ligadas aos seus próprios calendários explicam algumas ausências.

Finalmente, uma palavra de agradecimento. Em primeiro lugar para todos os autores do dossier *Angola, à procura do seu passo*. Sem o seu entusiasmo e empenhamento, que pude constatar em Luanda durante as conversas que com eles fui tendo, dificilmente este tema seria abordado. Em segundo lugar, ao Dr. Carlos Gaspar e ao Embaixador Fernando d'Oliveira Neves, o primeiro pela sua participação na definição do dossier e o segundo pela ajuda prestada nalguns contactos a serem efectuados em Luanda. *Last but not the least*, uma palavra ao Dr. Pedro Aires Oliveira que excedeu em muito as tarefas que lhe estão acometidas como chefe de redacção da *Política Internacional*. Desde a sua ajuda preciosa na definição mais rigorosa do tema, passando por alguns contactos e terminando no auxílio à árdua tarefa de editor, por tudo isto estou-lhe grato enquanto coordenador responsável pelo dossier que em seguida se apresenta.